



santa maria da feira assembleia municipal

EDITAL N.º 18/2025/DAOA-AM

ADELINA DA CONCEIÇÃO SÁ PORTELA, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

Torno público que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, se afixa, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 19 de setembro de 2025, aprovada na sessão extraordinária de 21 de novembro de 2025.-----

Vai o presente edital ser afixado nos serviços de Atendimento Municipal e outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira.-----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 24 de novembro de 2025.--

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,

(ADELINA DA CONCEIÇÃO SÁ PORTELA)



ATA N.º 27 – No dia 19 de setembro de 2025, reuniu, às 20 horas e 52 minutos, no Europarque, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pela Sra. Presidente da Assembleia, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, integrando ainda a Mesa a Secretária da mesma, Ana Patrícia Bastos da Cunha, com a seguinte “Ordem do Dia”: -----

- 1 – Atas N.º 26 – Sessão Ordinária de 30 de junho de 2025**-----
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município**
- 3 – Concessão de utilização privativa do domínio público municipal, para atividades de instalação e operação de serviços de partilha em modos suaves de transporte**-----
- 4 – Programa de Apoio ao Desporto: Medida 6 d) – Apoio a equipamentos desportivos: Manutenção de pavilhões gimnodesportivos**-----
- Atribuição de apoio à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior-----
- 5 – 4.ª Alteração Orçamental Modificativa - retificação anos seguintes**-----
- 6 – Constituição de Júri para concursos de cargos de dirigentes.**----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e pelos Vereadores Sónia Marisa Lopes Azevedo, António Gil Alves Ferreira, Ana Cristina Prego Simões Ozório, Ana Beatriz Soares Pereira da Silva, Márcio Santos Correia, Sérgio Manuel Murteira Cirino, Délio Manuel Ferreira Carquejo, e Pedro Manuel Soares Vieira (em substituição da Vereadora Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves).-----

Não estiveram presentes os Vereadores Vítor Carlos Latourrette Marques e Mário Jorge de Castro Reis.-----



A **Sra. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes, bem como aqueles que assistiam à sessão por via on-line. Anunciou que a sessão estava a ser transmitida em direto e por via remota, pressupondo o consentimento dos eleitos para esse efeito. Informou ainda que iria circular uma declaração destinada a ser assinada pelo público presente, com o intuito de recolher o respetivo consentimento, em conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).-----

Dando início aos trabalhos, deu nota da impossibilidade do Secretário da Mesa da Assembleia, Ricardo Leite de Oliveira, estar presente nesta sessão, daí haver necessidade de completar a Mesa. Convidou o grupo municipal do PS a indicar um membro para o efeito, tendo sido indicado o membro Marco Aurélio Oliveira de Jesus, o qual integrou a Mesa. -----

De seguida, informou que os membros Susana Daniela Ferreira da Silva (PSD), Joana Patrícia Fonseca da Silva (PSD), Lia Andreia Cristóvão Ferreira (PS), Job Santos Silva (PS), e Carlos Ferreira Martins da Silva (IL), comunicaram não poder estar presentes nesta sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir nas respetivas listas, do modo a seguir discriminado: -----

- Susana Silva: substituída pelo Jorge Paulo das Neves Pereira *(uma vez que a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Regina Maria Gonçalves da Silva – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de comparecer nesta sessão)*, -----
- Joana Fonseca Silva: substituído pela Joana Inês Carvalho Coelho Ribas – *a qual entrou no decorrer da sessão*, -----
- Lia Ferreira: substituída pelo Lécio Jorge Pereira Dias, -----
- Job Silva: substituído pelo Nélson Alexandre Bastos Santos *(uma vez que os cidadãos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – António dos Santos, Célia Adelina Couto Soares, João Carlos Martins dos Santos*



Figueiredo, Manuel Ferreira Santos, Lúcia Catarina Azevedo Fernandes, Horácio Ferreira Pinto da Silva, Joaquim de Freitas, Vera Cristina dos Santos Silva, Joaquim Alves de Sá, Fernando Ferreira de Sousa, Jéssica Oliveira e Sousa, Augusto Pinho Santos, Ana Manuel Abelha Leal, Catarina Oliveira Ribeiro, e Rui Miguel Gonçalves Neves – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de comparecerem nesta sessão) – o qual entrou no decorrer da sessão),-----

• Carlos Martins: substituído pelo Paulo Jorge da Silva Vieira (*uma vez que os cidadãos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Daniel João dos Santos Moreira, Diana Isabel Espinheira Nogueira, e Daniel Eduardo Ferreira de Melo – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de comparecerem nesta sessão).*-----

Informou, ainda, da entrada na Mesa dos pedidos de delegação de representação para a presente sessão, formulados pelos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia: -----

• Milheirós de Poiares: Manuel António Martins de Melo (IND) – delegou a representação na Secretária do Executivo: Sandra Maria de Lima Soares Pereira; -----

• União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Fernando Adriano de Sousa Pinho.---

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 43 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

Pelo Partido Social Democrata (PSD):-----

Cristina Manuela Cardoso Tenreiro; João Luís Almeida Cunha; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Rodolfo Antero Oliveira Castro; Carlos Eduardo Soares de Seixas; Eva Lúcia Fernandes da Costa; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; José Moreira de Jesus Castro; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Mário Jorge Soares da Silva Brito; António Perestrelo de





Santa Maria da Feira
assembleia municipal

pág. - 2189 -

SESSÃO: ORDINÁRIA

DATA: 19/09/2025

Lima; Jorge Paulo das Neves Pereira; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fornos – César Jorge Pais Resende; Lourosa – Armando de Fontes Teixeira; Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa; Rio Meão – Maria da Conceição Fidalgo da Silva; Romariz – Nuno Joel Valente de Sousa Rocha; Santa Maria de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Fernando Adriano de Sousa Pinho, ---
Pelo Partido Socialista (PS):-----
Susana Alexandra Lopes Correia; Domingos Manuel da Silva Florim; Marco Aurélio Oliveira de Jesus; Daniel Tavares Gomes; Virgílio da Silva Ribeiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Cláudio Alexander Brandão da Costa; Marco António Gomes Gonçalves; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; Lécio Jorge Pereira Dias; e o Presidente da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade, -----
Pelo Bloco de Esquerda (BE): Tiago de Oliveira Paiva; -----
Pelo Partido Popular (CDS-PP): Ângelo Manuel Andrade Santos; -----
Pela Iniciativa Liberal (IL): Paulo Jorge da Silva Vieira; -----
Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): Carlos Miguel Moreira Cunha; --
Independente (IND): Miguel Branco Santos Alves; -----
Independente (IND): Sandra Maria de Lima Soares Pereira – Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

Entraram no decorrer da sessão: Serafim Manuel da Rocha Guimarães (PSD), Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva (PSD), Joana Inês Carvalho Coelho Ribas (PSD), Rosa Maria Pinto da Silva (PS), Nelson Alexandre Bastos Santos



João Cunha

(PS), e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Fiães – António Valdemar Fontes de Pinho Ribeiro (PSD); Mozelos – José Carlos Pinto da Silva (PSD), e União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – David António Henriques das Neves (PS).-----

Faltaram à sessão, sem serem substituídos: os Presidentes das Juntas de Freguesia de Arrifana – Ricardo Leite de Oliveira (PSD), Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios (PS), e Sanguedo – Valdemar Alves da Silva (PS).-----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 28 de dezembro de 2021, quanto à dispensa da leitura do documento relativo ao resumo do expediente, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Regimento, a Sra. Presidente da Assembleia informou que esse documento, que faz a súmula da correspondência recebida e emitida pela Mesa entre a última sessão ordinária, realizada no dia 30 de junho de 2025, e a presente sessão, foi distribuído, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu este período dando nota que a Mesa pretende submeter à aprovação um Voto de Pesar, pelo falecimento do Eng. Eduardo de Oliveira Neves Brandão, o qual passou a ler e que, seguidamente, se transcreve:-----

“Em nome de todos os que compõem a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, expresso profundo pesar pelo falecimento do engenheiro Eduardo de Oliveira Neves Brandão no dia 31 de agosto de 2025. A sua partida deixa em todos nós, e na comunidade feirense, um vazio incomensurável. -----

O Comandante Neves foi um pilar de força e dedicação, um verdadeiro exemplo de liderança e serviço à nossa comunidade. O seu conhecimento, responsabilidade, respeito e dedicação foram qualidades que inspiraram gerações sucessivas de bombeiros. -----



Ine Curoba



Eduardo Neves foi um guerreiro, um dos bons e um dos grandes, um dos "Almas Negras", dedicando a sua vida à proteção e ao bem-estar da nossa população. A sua liderança e a sua humanidade marcaram profundamente a instituição e todos os que com ele privaram e serviram. -----

O seu legado e o seu espírito de serviço enquanto 2.º Comandante do Corpo Ativo dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria da Feira, e mais tarde pertencendo ao Quadro de Honra, permanecerão vivos na memória de todos nós, tal como a sua entrega permanente no exercício das suas funções ao serviço Município de Santa Maria da Feira, instituição a quem dedicou décadas da sua vida profissional.-----

A toda a sua família, aos seus amigos, e em particular aos Bombeiros de Santa Maria da Feira, a quem tanto amou, estendemos as nossas mais sentidas condolências.-----

Mesa da Assembleia Municipal, em representação da Comissão Permanente.”-----

O **Sr. Presidente da Câmara** pediu a palavra para dizer que a Câmara Municipal se associa ao voto de pesar em referência.-----

Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 43 votos a favor (PSD: 26, PS: 11, BE, CDS-PP, IL, CDU, IND: 2), aprovar o voto de pesar em referência. De seguida, foi guardado um minuto de silêncio. -----

Posto isto, prosseguindo os trabalhos, a Sra. Presidente da Assembleia informou da existência de 1 moção e 1 recomendação que, nos termos regimentais, foram recebidas pelos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e enviadas, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. De seguida, passou a palavra aos proponentes destes documentos para fazerem a apresentação dos mesmos. -----



Entraram os membros Nelson Santos, Rosa Silva, Joana Ribas, Serafim Guimarães, António Valdemar Ribeiro e José Carlos Silva. -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS), que apresentou e explanou a recomendação que, seguidamente, se transcreve: -----

“2028: 900 ANOS DA BATALHA DE S. MAMEDE -----

Sr. Presidente, -----

Ilustres Membros da Assembleia Municipal,-----

Aproximamo-nos a passos largos de uma data marcante para a nação portuguesa: em 2028 celebrar-se-ão 900 anos da Batalha de São Mamede.- Tal como no passado, corremos o risco de ser completamente ignorados nesta data, o que constituiria um ultraje, se mais não fosse, à memória de tantos antepassados feirenses, da mais fina flor, que bradaram bem alto a tese “*Aqui nasceu Portugal*”. -----

Para os mais incautos, “*Aqui*” significa Santa Maria da Feira!-----

Sua Excelência, o Sr. Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, aquando da visita ao Castelo a 6 de dezembro de 2019, afirmava: ---

“Não vamos discutir se o destino foi um ou outro no nascimento do nosso Reino de Portugal. [...] Seja como for, daqui partiu um apoio essencial, decisivo, num momento de rutura que marcou a conversão de um Condado num Reino. -----

[...] Ou seja, Portugal é inseparável do papel dos feirenses e naturalmente do local em que nos encontramos.” -----

Pois então, Meus Senhores e Minhas Senhoras, se daqui partiu um apoio essencial e decisivo, ao ponto de Portugal ser inseparável do papel dos feirenses, a questão que se impõe é a seguinte: como podem as comemorações de S. Mamede, que mais não são do que uma forma de comemorar a fundação da nacionalidade, ignorar o reduto que se levantou desde a primeira hora pelo Infante?-----

Entendamo-nos: em Guimarães realizar-se-á esta efeméride, passadeiras



Inês Curto



vermelhas serão calcorreadas por altas Figuras-de-Estado e emissões serão feitas com o Castelo de Guimarães em pano de fundo. Não esperam humildade e respeito pela história e pelos que nela intervieram. Esperem um espetáculo construído para fortalecer uma narrativa que sempre beneficiou injustificadamente uma cidade e uma região. -----

Basta!-----

Não somos mais a “simpática vilazinha” que não se poderia comparar ao “vetusto Castelo de Guimarães”, conforme constava de certa carta dirigida a Vaz Ferreira, sem deixar de o recordar “não se atreva!”.-----

Basta!-----

Tenhamos a capacidade de aprender com Viseu que não pensou duas vezes antes de desmontar a cabala em torno do nascimento do Infante. Hoje, num dos pontos centrais da cidade, ergue-se uma estátua de Afonso Henriques para recordar o seu Verdadeiro local de nascimento: Viseu! Tenhamos a mesma coragem; a mesma ousadia! até porque temos motivos de sobra. ----

Meus Senhores e Minhas Senhoras, -----

Temos experiência performativa em eventos de grande formato, temos o mais belo Castelo de Portugal e temos a Verdade connosco! -----

Temos também companheiros neste intento, porque eram “*dois os Castelos que mais pelejavam D. Teresa*” ... o de Neiva e o da Feira, nas Terras de Santa Maria. Temos três anos para fazer algo de tal forma inesperado, de tal forma espetacular, que jamais possa ser ignorado. -----

Assim, recomenda-se ao Executivo a criação de um plano de ação que contemple um conjunto coerente e concertado de “atos” que se revelam capazes de reabrir a discussão em torno dos momentos nevrálgicos da *fundação* e consolidar Santa Maria da Feira como a *pedra angular* deste processo. -----

A título meramente exemplificativo, sugere-se: -----

- Realização de um Grande Espetáculo Imersivo “A Gênese: Feira 1128”; ---
- Criação da “Rota dos Castelos Fundadores”, envolvendo Neiva (Viana do



Handwritten signature and initials

Castelo), permitindo-se exibir a aliança contra D. Teresa e ampliar a narrativa geográfica e cobertura mediática;-----

- Promover a realização de um Documentário Histórico que seja capaz de chegar às plataformas de *streaming*;-----
- Criar um selo turístico oficial, por exemplo, “A Pedra Angular”, e passar a utilizá-lo em toda a comunicação oficial, de tal forma que o conceito se enraíze e se espalhe de dentro para fora;-----
- Realização de um Congresso “Revisitar 1128: A Génese”, convidando medievalistas e historiadores de renome, ao ponto de se conseguir converter consenso académico em argumentos políticos e turísticos 2028 não é só uma efeméride: é a oportunidade de reescrever Feira no mapa simbólico de Portugal.” -----

Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU), que apresentou e explanou a moção que, seguidamente, se transcreve:-----

“PELO FIM DO GENOCÍDIO DO POVO PALESTINIANO, PELA APLICAÇÃO URGENTE DAS DELIBERAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS! -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 19 de setembro de 2025, condena veementemente os crimes de Israel contra o povo palestino, e insta o Governo português a adotar uma clara posição de condenação da sistemática e cada vez mais intensa escalada de morte, desenvolvendo iniciativas efetivas que visem pôr fim imediato ao genocídio do povo palestino. -----

O genocídio que continua a ser levado a cabo por Israel contra o povo palestino intensifica-se, apesar de diversas agências e estruturas da ONU confirmarem a situação de fome aguda na Faixa de Gaza, em resultado da deliberada ação de Israel, que procura vergar a vontade do povo palestino, tendo-se já verificado centenas de mortos por subnutrição, cerca de metade dos quais são crianças. É inadmissível que, desde que Israel e os EUA se substituam à Agência das Nações Unidas para Assistência aos Refugiados



Inacessível
K

da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) e outras agências da ONU, mais de 2000 pessoas tenham sido mortas e mais de 15 mil feridas, durante as distribuições dos escassos alimentos, lançados ao povo faminto. -----

É neste contexto que o governo de Israel pretende ocupar plenamente e colonizar a Faixa de Gaza, concentrando e expulsando a sua população, ao mesmo tempo que anuncia oficialmente um plano de construção de colonatos israelitas na Cisjordânia, cujo objetivo é, como responsáveis governamentais israelitas já afirmaram, o de «enterrar» qualquer perspetiva de criação de um Estado da Palestina. -----

A impunidade com que Israel continua a violar o direito internacional, é, além do mais, de uma desumanidade inaudita, que, não só se abate sobre o mártir povo palestiniano, como sobre o movimento de solidariedade, que tem vindo a crescer em todo o mundo, para com a Palestina, enfrentando mesmo a repressão, em muitos casos. -----

Perante a situação referida, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira não pode deixar de manifestar a sua indignação pelos níveis brutais que atingiu o genocídio do povo da Palestina, e reclamar contra a dimensão dos crimes de Israel, que não podem ser mais escondidos, tolerados ou apoiados. Assim, reclama o fim urgente do genocídio, a garantia de acesso daquele povo mártir a ajuda humanitária, a criação do Estado da Palestina e o cumprimento do direito de retorno dos refugiados palestinos, conforme determinam as resoluções da ONU.” -----

Submetidos os documentos a discussão, interveio o membro **Paulo Vieira** (IL), que, relativamente à moção da CDU, afirmou que a Iniciativa Liberal reconhecia a gravidade da situação no Médio Oriente e assumia três princípios fundamentais, a defesa do direito de Israel à sua existência e segurança, o direito do povo palestiniano à autodeterminação e à dignidade, e a condenação tanto dos atos terroristas do Hamas como da resposta desproporcionada de Israel, a qual tem provocado sofrimento humanitário



[Handwritten signature]
João Cunha
[Handwritten mark]

inaceitável, sobretudo entre civis inocentes.-----

Referiu que a moção apresentada era parcial e desequilibrada, uma vez que utilizava a expressão “genocídio”, ignorava as responsabilidades do Hamas e reduzia um conflito complexo a uma narrativa unilateral. Defendeu que Portugal deve manter uma política externa responsável e equilibrada, alinhada com a posição da União Europeia, sustentando a necessidade de um cessar-fogo imediato, de ajuda humanitária urgente a Gaza e da única solução viável, dois Estados, garantindo a segurança de Israel e a dignidade da Palestina.-----

Sublinhou que, por estas razões, e porque considerava que a Assembleia não devia transformar-se num palco de propaganda ideológica, a Iniciativa Liberal não acompanhava a moção da CDU. -----

Em relação à recomendação do PS, declarou que a Batalha de São Mamede representava um marco essencial na história de Portugal e que a Iniciativa Liberal valorizava o papel de Santa Maria da Feira nesse processo histórico, destacando o castelo e o património local como testemunhos vivos dessa herança.-----

Referiu ainda que o concelho deveria afirmar-se no contexto das comemorações nacionais de 2028, de forma responsável, criativa e sustentável, defendendo que as iniciativas a desenvolver deveriam pautar-se por rigor histórico, envolver especialistas e gerar benefícios culturais, turísticos e económicos para Santa Maria da Feira. Rejeitou, contudo, uma abordagem revanchista ou de confronto com Guimarães, sublinhando que a fundação de Portugal é património de todos os portugueses e não deve ser usada como arma política nem como motivo de rivalidade regional. -----

Acrescentou que, apesar das reservas apresentadas, a Iniciativa Liberal votava favoravelmente a recomendação, reconhecendo a importância de incluir Santa Maria da Feira nas comemorações de 2028, embora condicionasse esse apoio à elaboração de um plano equilibrado, rigoroso e construtivo, evitando discursos meramente inflamados. -----



Reforçou que a efeméride deveria ser encarada como uma oportunidade de futuro, capaz de valorizar a identidade local, afirmar Santa Maria da Feira no mapa histórico de Portugal e promover o desenvolvimento cultural e económico do concelho. -----

Por fim, o membro chamou a atenção para uma situação que considerou inaceitável, referindo que, desde novembro de 2023, a Iniciativa Liberal continuava sem receber resposta aos requerimentos apresentados. Admitiu compreender a sobrecarga dos serviços municipais, num ano particularmente exigente, mas lembrou que o dever de resposta constitui uma obrigação legal, prevista tanto no Regimento da Assembleia Municipal como na Lei n.º 24/98, de 26 de maio. -----

Sublinhou que o direito à informação dos eleitos se concretiza precisamente através dos requerimentos e que a ausência de resposta representa não apenas um bloqueio administrativo, mas também uma falha grave de transparência e de respeito democrático. Recordou que o Presidente da Câmara se havia comprometido, em sessão anterior, afirmando que “sobre as respostas em falta a requerimentos, informou que na próxima semana essas respostas seriam enviadas aos respetivos deputados”. Assinalou que, passados quase três meses, as respostas continuavam por chegar e que, em alguns casos, já se tinham ultrapassado dois anos desde a apresentação dos requerimentos iniciais. Considerou esta situação lamentável, por enfraquecer o escrutínio democrático e não dignificar o funcionamento das instituições. -----

De seguida referiu que, por impossibilidade de presença do deputado Carlos Martins, que se encontra ausente do país por compromissos profissionais, cabe-lhe ler um texto que o mesmo escreveu e que gostava de partilhar, o qual passou a ler e cuja leitura se passa a citar: -----

“Esta Assembleia Municipal marca o fim de um ciclo de quatro anos de mandato dos órgãos autárquicos de Santa Maria da Feira. Quatro anos que iniciámos com uma esperança renovada, após o susto e as incertezas da



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

pandemia por Covid 19. Foi, por isso, um mandato que começou com a ambição de promover o desenvolvimento do concelho, ultrapassando um período difícil. -----

Foi, igualmente, um contexto marcado por um novo quadro político na Assembleia Municipal, com novos partidos a estreiar-se neste órgão, como o Chega e a Iniciativa Liberal. -----

Da nossa parte, sentíamos a missão de contribuir com novas ideias, suportadas numa prática política assente no respeito pelas regras democráticas e com foco no desenvolvimento económico e na redução do peso obsessivo do Estado que, em nossa opinião, quando em excesso, condiciona e limita o potencial das pessoas, das famílias e das empresas. --

Assumimos como prioridades a descentralização do concelho, o reforço da transparência e eficiência da gestão municipal, a resolução dos problemas de mobilidade e transportes, a preservação do ambiente, apostando numa forma mais aberta de promover a cultura e a educação. -----

Fizemos perguntas, trouxemos ideias, estivemos sempre disponíveis para o diálogo e o compromisso. -----

Marcámos a nossa intervenção pela promoção do espírito crítico e pela formulação de propostas ambiciosas, mas exequíveis.-----

Lutámos pela dignificação deste órgão e pela melhoria das condições de trabalho dos deputados municipais. -----

Sentimos que esta forma de intervenção provou ser adequada e coerente com os princípios liberais que defendemos e em que assenta a nossa visão política, pese embora uma lei autárquica caduca que temos no país, a necessitar de reformas urgentes. -----

Temos a consciência de que um deputado único, numa autarquia com uma maioria confortável do PSD, teria sempre a sua ação limitada, mas não nos inibimos de intervir, participar e contribuir para o progresso do concelho. --

No entanto, quatro anos depois, não podemos negar um sentimento de frustração. -----



Frustração por vermos um concelho parado, sem um desígnio mobilizador, com uma Câmara Municipal demasiado autossatisfeita em manter tudo igual e um grupo parlamentar da maioria resignado com o seu papel de adulator dos presidentes que vão passando.-----
Esperávamos mais.-----
Esperávamos que o rendimento dos feirenses nestes quatro anos tivesse melhorado, mas ficou na mesma. -----
Esperávamos ver resolvidos os constrangimentos graves do sistema de transportes, mas só vimos confusão e incompetência.-----
Esperávamos ter uma resposta na ferrovia e na ligação ao Metro do Porto, mas continua tudo uma miragem. -----
Esperávamos por uma melhoria no conforto, acessibilidade e segurança rodoviária, mas só vimos alcatrão a ser atirado para as estradas, sem novas vias rápidas e como o famigerado Eixo das Cortiças a encher-se de silvas e lixo. -----
Esperávamos a solução do problema do Nó da Cruz, da interface de transportes e de um novo acesso à autoestrada, mas vamos ter de esperar sentados, e por muitos anos.-----
Esperávamos que a descentralização de competências para a educação pudesse melhorar os índices educativos no concelho, mas as nossas escolas públicas continuam a pontuar mal quando comparadas com as da região e do país.-----
Esperávamos por um novo tribunal, mas continuamos a tratar a justiça como um parente menor da nossa democracia.-----
Esperávamos a melhoria no sistema de recolha de resíduos, mas continuamos com os serviços do século passado, mas a pagar muito mais e com a gritante injustiça de carregar os custos da recolha de resíduos na fatura da água.-----
Foi anunciada a construção dos novos Paços do Concelho, mas tudo o que vimos foram 800.000 mil euros a voar dos nossos bolsos para um projeto



que nunca vai acontecer.-----

Vimos o mais importante instrumento de planeamento do concelho, o PDM, parado e a impedir o desenvolvimento do concelho.-----

Vimos um município cada vez mais lento na gestão dos processos de licenciamento, travando a urgente dinamização do mercado da habitação. -

Vimos muita propaganda aos cheques para os bebés, mas continuamos sem uma efetiva rede de creches e com uma demografia envelhecida. -----

Vimos arrastarem-se dossiers inqualificáveis como o da P. Parques. -----

Da nossa parte, não vamos desistir. -----

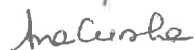
Vamos duplicar o número de candidatos e temos a ambição de duplicar o número de votos. -----

No próximo mandato traremos, mais protagonistas, mais ideias, mais energia ao serviço do desenvolvimento do concelho.” -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (IND), que fez a intervenção que se passa a citar:-----

“A CDU traz-nos hoje mais uma moção que no papel fala de solidariedade, mas na prática não passa de propaganda ideológica. Ora é a “flotilha para Gaza”, ora é esta moção inflamável. O guião é sempre o mesmo: demagogia travestida de humanitarismo para garantir machetes e algum palco mediático.-----

Vamos ser claros. Sim, senhor deputado, existe uma crise humanitária gravíssima em Gaza, mas fingir que tudo se resume a Israel é desonesto. O conflito reacendeu-se em 7 de outubro de 2023 quando o Hamas lançou o ataque mais bárbaro de que há memória, assassinando mais de 1200 civis e raptando centenas de reféns. O Hamas usa hospitais como quartéis e civis como escudos humanos. Sobre isto, a moção da CDU, silêncio absoluto. ---
A esquerda radical tem um vício: indigna-se sempre contra Israel e contra o Ocidente, mas cala-se perante ditaduras árabes e regimes islâmicos que, todos os dias, prendem, reprimem e matam. Onde está a moção da CDU a



denunciar o Irão, a Síria ou a Tunísia? Não existe, porque não dá palco. ----
O que vemos é a mesma receita de sempre, uma narrativa simplista, onde um lado é o opressor e o outro o mártir. Tudo muito conveniente para slogans, mas inútil para a paz. E o mais grave, querem que Portugal alinhe nesta telenovela política, transformando a nossa política externa num reality show. Mas os portugueses não comem gelados com a testa. Sabem distinguir entre a diplomacia séria e o espetáculo barato, e sabem que não cabe a esta Assembleia alinhar em aventuras partidárias que nada resolvem. -----
Por isso, esta moção não merece mais do que o nosso repúdio. Portugal deve continuar a defender uma solução justa e equilibrada: dois Estados, segurança para Israel, soberania para a Palestina e respeito pelo direito internacional. Tudo o resto é propaganda. -----
E, caros deputados, nós não estamos aqui para fazer parte desta farsa.” ----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que, relativamente à proposta do PS, afirmou que o Bloco de Esquerda se absteria, justificando essa posição com a falta de conhecimento suficiente sobre os argumentos históricos que fundamentavam a proposta. Referiu, contudo, não ter qualquer objeção à valorização de Santa Maria da Feira no seu papel relevante na formação da Nação portuguesa, reconhecendo a importância desse contributo histórico. Sobre a proposta da CDU, intitulada pelo fim do genocídio do povo palestiniano e pela aplicação urgente das deliberações das Nações Unidas, explicou ter optado por iniciar a sua intervenção com um preâmbulo da Carta das Nações Unidas, documento que considerou um dos mais belos textos políticos alguma vez escritos. Sublinhou que a história legou à humanidade alguns marcos notáveis de pensamento político, sendo a Carta das Nações Unidas uma das mais significativas declarações de princípios alguma vez produzidas. -----

Ao citar o texto, referiu que nele se podia ler: “os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que, por



duas vezes no espaço da sua vida, trouxera sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas...”, concluindo com as palavras “...resolvemos conjugar os nossos esforços para a consecução destes objetivos”. -----

Afirmou que as Nações Unidas, através de uma comissão de inquérito, tinham concluído, com base em evidência considerada muito forte, que o que se estava a passar em Gaza configurava um genocídio. Disse abordar este tema com consciência tranquila, lembrando que, no momento próprio, condenara de forma veemente os ataques do Hamas de 7 de outubro, tal como agora denunciava com igual firmeza o genocídio em curso na Faixa de Gaza.-----

Sustentou que utilizar os acontecimentos de 7 de outubro como justificação para o genocídio atual constituía um ato de cobardia política. Afirmou que, sem negar as atrocidades cometidas nesse dia, era necessário ter a coragem de reconhecer que esses ataques não justificavam a violência sistemática atualmente exercida sobre a população palestiniana. Acrescentou que a defesa da solução de dois Estados, para a Palestina e para Israel, resultava de uma hipocrisia estrutural, uma vez que os relatórios internacionais independentes demonstram que Israel tem vindo a inviabilizar essa possibilidade.-----

Concluiu salientando que, embora Santa Maria da Feira não tenha papel direto na diplomacia internacional, a Assembleia Municipal podia e devia assumir uma posição de denúncia e de pressão moral, afirmando publicamente que as ações de Israel configuram um genocídio e que é imperativo combatê-lo. -----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD), que informou que o grupo municipal do Partido Social Democrata se iria abster relativamente aos dois



documentos em apreciação. -----

No que concerne à moção da CDU, afirmou que o grupo municipal do PSD não poderia deixar de manifestar total solidariedade para com o povo palestino, mantendo, contudo, a posição já anteriormente expressa nesta Assembleia Municipal, solidariedade com a diplomacia portuguesa, nomeadamente com o reconhecimento de dois Estados, sem descurar a importância da proporcionalidade na guerra e na resposta militar. -----

Referiu não pretender entrar na questão técnica de saber se existe, ou não, genocídio, considerando que, para este caso, tal discussão não assume particular relevância. Sublinhou que o essencial é reconhecer que as vítimas são vítimas, e que o povo palestino é, neste momento, vítima de uma desproporcionalidade evidente, sendo por isso essencial exercer toda a pressão possível. Acrescentou ser igualmente importante que o povo palestino reconheça Israel como Estado. -----

Observou ainda que não devem existir diferentes comportamentos perante vítimas iguais, recordando que, quando se discutiu a guerra na Ucrânia, o Partido Comunista votou contra, o que classificou como um ato retrógrado e desajustado dos tempos atuais, lamentando que tal tenha ocorrido no presente mandato e nesta Assembleia. Sublinhou que também na Ucrânia se verifica uma situação de desproporcionalidade e desigualdade, com inúmeras vítimas, designadamente o povo ucraniano. -----

Relativamente à recomendação apresentada pelo PS, afirmou que o membro Tiago Paiva lhe retirara, de certo modo, as palavras que pretendia proferir. Reconheceu o desconhecimento técnico que possui sobre a matéria, admitindo que a mesma mereceria um estudo mais aprofundado, razão pela qual o grupo municipal do PSD optaria igualmente pela abstenção. -----

Concluiu declarando viver apaixonadamente o concelho de Santa Maria da Feira, que defende o Castelo e a sua terra, acrescentando que, se Portugal nasceu em Santa Maria da Feira, essa origem deve ser afirmada e defendida. Considerou, porém, que a Assembleia não se deve substituir aos técnicos de



programação na definição do eventual reconhecimento da batalha referida, nem na implementação ou reforço da posição de Santa Maria da Feira, salientando que essa competência deve caber a especialistas devidamente habilitados, o que justifica a opção pela abstenção.-----

Saiu o membro Armando Teixeira. -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS), que começou por informar que a sua intervenção tinha como objetivo comunicar o voto favorável do grupo municipal do PS à moção da CDU, assim como prestar um breve comentário sobre os comentários feitos à recomendação do PS.-----

Referindo-se ao que dissera o membro Paulo Vieira (IL), afirmou que a questão em debate não se tratava de revanchismo, mas sim da necessidade de abordar um assunto que não podia ser ignorado, designadamente o papel de Guimarães. Acrescentou que esta situação nunca se tinha colocado desde o século passado, quando um ministro da propaganda de Salazar, António Franco, decidiu criar uma região em Portugal destinada a manifestar a devoção patriótica. Na altura, Santa Maria da Feira era praticamente irrelevante e Ourique, outra região de importância histórica, também o era, pelo que se optou por atribuir destaque a Guimarães. -----

Destacou que, apesar de o tema nunca ter sido objeto de debate anterior, Guimarães tem tirado partido dessa situação, obtendo benefícios económicos significativos, pelo que Santa Maria da Feira deve também afirmar o seu papel histórico de forma clara e fundamentada, sem descurar a precisão dos factos. -----

Quanto aos comentários dos membros Tiago Paiva (BE) e João Cunha (PSD) sobre o desconhecimento histórico, considerou que isso evidencia uma lacuna geral na compreensão da história local. Recordou a contribuição de figuras locais como Tavares, Távora e Vasco Ferreira, que documentaram em detalhe vários pontos que sustentam a tese de Santa Maria da Feira. Referiu

ma Cunha



ainda que Alexandre Herculano, um autor de relevo nacional, considerava a tese plausível, e que José Mattoso, embora convidado a falar sobre o assunto em Guimarães, se referia à cidade como “a primeira tarde portuguesa”, evitando reconhecer explicitamente Santa Maria da Feira como local de fundação de Portugal, o que gerava algum incómodo. -----
Concluiu reafirmando que Santa Maria da Feira deve defender esta tese, apoiando-se em vários documentos históricos, e salientou que, na sua opinião, 2028 será o momento oportuno para retomar esta questão e afirmar a sua posição histórica. -----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos em discussão, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----
– Recomendação (PS): “2028: 900 anos da Batalha de S. Mamede” -----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 13 votos a favor (PS) e 35 abstenções (PSD: 29, BE, CDS-PP, IL, CDU, IND: 2), aprovar a recomendação em referência.-----

Reentrou o membro Armando Teixeira. -----

– Moção (CDU): “Pelo fim do genocídio do Povo Palestiniano, pela aplicação urgente das deliberações das Nações Unidas” -----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 15 votos a favor (PS: 13, BE, CDU), 2 votos contra (IL, IND: 1) e 32 abstenções (PSD: 30, CDS-PP, IND: 1), aprovar a moção em referência. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia possibilitou a cada grupo municipal usar da palavra para colocar questões à Câmara, se assim o entendessem, e de acordo com o tempo que restava a cada um. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Miguel Branco. -----



Entraram os membros Jorge Manuel Silva e David Neves. -----

O membro **Miguel Branco** (IND) começou por afirmar que a situação vivida no parque empresarial Lusopark era grave, inadmissível e lesiva do interesse público, considerando tratar-se de um caso de especulação imobiliária descarada, que em nada beneficiava o Concelho, as empresas ou os trabalhadores. Referiu que, recentemente, um investidor com intenção séria de apostar no território, criando emprego, gerando riqueza e dinamizando a economia local, foi confrontado com uma exigência que qualificou como absurda — três milhões de euros por um lote de terreno. Sublinhou que tal valor não representava um preço justo, nem um incentivo ao investimento, nem desenvolvimento económico, mas sim especulação pura e um bloqueio criminoso ao progresso do Concelho. -----

Recordou que a lei é clara ao estabelecer que quem adquire um lote ou terreno em zona industrial deve informar previamente a Câmara sobre o tipo de indústria ou comércio a instalar, de modo a ser verificada a respetiva viabilidade. Acrescentou que existe igualmente um prazo de dois anos para construir, findo o qual não se justifica manter o direito de propriedade em zonas destinadas a fomentar investimento produtivo. -----

Perante este cenário, questionou que medidas a Câmara tencionava adotar para travar o que designou por escândalo, se iria continuar a pactuar com a especulação e a estagnação, ou se iria finalmente aplicar a lei e proteger quem pretende investir e criar valor no Concelho. Reforçou que Santa Maria da Feira merecia desenvolvimento e não devia permanecer refém da especulação. -----

Prosseguiu referindo outra situação, ocorrida na Rua Dr. Alcides Strecht Monteiro, onde um indivíduo, sem qualquer identificação, se encontrava a pintar marcações rodoviárias. Esclareceu que esse cidadão não era funcionário da Câmara nem de qualquer empresa contratada, e que realizava o trabalho com veículos estacionados, correndo o risco de os

Tracalha



danificar. Questionou quem teria autorizado tal intervenção, se a Câmara, a empresa P. Parques, ou se ninguém sabia da sua origem, e comentou que casos como este evidenciavam a falta que fazia a existência de uma Polícia Municipal, que pudesse identificar, fiscalizar e evitar que qualquer pessoa executasse trabalhos na via pública sem legitimidade para tal.-----

Indicou que, de seguida, pretendia fazer o balanço dos quatro anos de mandato.-----

Disse que, ao longo do mandato, a Assembleia Municipal foi palco de inúmeros debates, promessas e anúncios, salientando que o Executivo liderado por Amadeu Albergaria soube gerir eficazmente a comunicação política, sobretudo nas redes sociais, onde o PSD transformou a sua página de Facebook numa montra de dinamismo, inaugurações e anúncios de futuros investimentos. Contudo, ao distinguir a propaganda da realidade, considerou inegável que muitas promessas permaneciam por cumprir, muitas obras estavam apenas em estudo e várias necessidades dos feirenses continuavam sem resposta.-----

Explicou que o balanço que apresentava pretendia justamente avaliar o que fora anunciado, o que efetivamente avançou e o que continuava apenas no papel. -----

Relativamente à Habitação, referiu que programas como o 1.º Direito, o PRR e outras iniciativas de arrendamento acessível tinham sido anunciados, mas a execução permanecia lenta, e o problema do arrendamento continuava a afetar fortemente as famílias. Recordou que o Município elaborou a Estratégia Local de Habitação e anunciou planos para aquisição de cerca de 20 habitações destinadas ao arrendamento acessível, mas afirmou faltar vontade política para acelerar processos e desbloquear imóveis devolutos. Frisou tratar-se de uma necessidade urgente, pois a habitação é, atualmente, a maior dor das famílias. -----

Na Saúde, observou que tinham sido anunciadas novas unidades em Argoncilhe, Lobão, Gião, Louredo e Guisande, mas que estas permaneciam



João Cunha
J

em fase de concurso ou de projeto, aguardando aprovação de fundos. Mencionou as inaugurações das unidades de São Paio de Oleiros/Nogueira da Regedoura, Canedo e Milheirós de Poiares, mas sublinhou que milhares de feirenses continuavam sem médico de família, o que considerou uma situação grave, pois a ausência de cuidados de saúde primários de proximidade agravava o desgaste da população e sobrecarregava o Hospital de São Sebastião.-----

Quanto à Mobilidade e Transportes, referiu que, embora houvesse obras visíveis em ciclovias e passadiços, a principal promessa, a resolução dos problemas do transporte público intermunicipal e rural, não fora cumprida. Destacou que muitas freguesias continuavam isoladas, sem acesso adequado a transporte público. Referiu que a implementação da nova rede Unir, em dezembro de 2023, unificando o sistema de bilhética através do cartão *Andante*, visava modernizar e integrar a mobilidade regional, mas essa adaptação apresentava desafios, exigindo ajustes de horários e linhas para garantir a cobertura das zonas mais afastadas. Reforçou que o sucesso desta política dependia da cooperação entre a Câmara, a Área Metropolitana do Porto e a Unir, considerando urgente a sua resolução, dado que a falta de transportes eficientes afetava diretamente o acesso ao emprego, à educação e à saúde.-----

No que respeita ao projeto de requalificação urbana da Cruz, referiu que a principal promessa do atual Executivo era a construção do Túnel da Cruz, obra essencial para aliviar o congestionamento do trânsito numa das zonas mais críticas da cidade, ligando a zona dos Passionistas à outra margem e integrando a construção da nova rotunda em Picalhos, destinada a melhorar a fluidez e reduzir acidentes. Destacou que o acesso ao Hospital de São Sebastião continuava problemático, comprometendo a rapidez de resposta em emergências, e defendeu a requalificação urgente dessa via. Acrescentou que a redefinição do centro urbano, nomeadamente no cruzamento da Rua Comendador Sá Couto, se inseria num plano mais vasto de revitalização do



Ina Curoba



centro histórico, mas sublinhou que, na prática, os feirenses continuavam a enfrentar congestionamentos diários.-----

Explicou que o projeto estava em curso, com apoio do Estado, embora de forma lenta e sem calendário definido, frisando que as áreas da saúde, habitação e transportes constituíam as maiores prioridades da população.

Relativamente ao Ensino, reconheceu avanços concretos, com a modernização e requalificação de algumas escolas, o que proporcionou melhores condições a alunos e professores. Enalteceu medidas municipais de proximidade, como o Vale Oferta de Material Escolar e parcerias com associações de pais, classificando esta área como de necessidade média-alta. Referiu ainda que a nova Escola Básica Feira-Centro, a construir nas antigas instalações da EB 2,3 Fernando Pessoa, estava orçada em 3 milhões de euros, e que o concurso para o projeto já fora lançado, embora ainda não existisse obra visível.-----

Mencionou também o projeto do Centro Escolar de Paços de Brandão, que seria ampliado para incluir o ensino secundário, transformando-se numa Escola Básica e Secundária, com um investimento previsto de 8,5 milhões de euros, mas que continuava sem execução no terreno. Concluiu que, apesar de alguns avanços, a promessa de modernização plena do parque escolar permanecia incompleta. -----

No Ambiente e Espaços Verdes, assinalou intervenções pontuais, como a plantação de árvores, limpeza de ribeiros e requalificação do Largo Manuel José Pereira, em Arrifana, mas afirmou que os grandes projetos continuavam por concretizar. -----

Sobre o novo Tribunal, disse tratar-se de um projeto aguardado há anos, anunciado com grande destaque, que finalmente entrou em fase de protocolo e planeamento, representando uma promessa antiga que avançava agora para a execução, embora com ritmo lento e sem data concreta para início e conclusão. -----

Em matéria de Segurança, destacou a crescente preocupação da população



com furtos, vandalismo e falta de policiamento. Reconheceu que a Câmara não detinha controlo direto sobre as forças de segurança, mas defendeu que poderia reforçar a segurança com medidas complementares, como sistemas de videovigilância, melhor iluminação pública e maior cooperação institucional. -----

Ao concluir o balanço, afirmou ser justo reconhecer que Amadeu Albergaria e a sua equipa se empenharam em acelerar alguns processos e concretizar inaugurações, merecendo reconhecimento pelo que foi efetivamente cumprido e chegou à população. Considerou, contudo, que entre promessas e realidade, Santa Maria da Feira continuava à espera de ver muitas gavetas abertas. -----

De seguida, sendo esta a sua última intervenção enquanto membro desta Assembleia, leu o texto que, seguidamente, se transcreve: -----

“Caríssimos, -----

Hoje encerro um ciclo de quatro anos como deputado municipal. Concluo este percurso com a serenidade de consciência tranquila e a firmeza de quem nunca fugiu a um combate político. Servi Santa Maria da Feira com lealdade, transparência e coragem para tomar decisões difíceis, sempre com uma única bússola: o interesse público e Santa Maria da Feira à frente de qualquer conveniência. Despeço-me com a consciência limpa, porque nunca trai as minhas convicções nem vendi a minha consciência. Aos feirenses, o meu muito obrigado – as vossas palavras nestes dias confirmam que esta caminhada valeu a pena.-----

Foram quatro anos de entrega total, em que transformei cada desafio numa oportunidade de servir melhor. Para mim, a política nunca foi palco de vaidades, mas escola de responsabilidade. O que levo comigo é simples: a honra de ter representado os feirenses, nunca para me servir, mas sempre para os servir. Obstáculos não faltaram – políticos, institucionais, de gestão e pessoais. Mas nenhum me vergou. Pelo contrário, reforçaram em mim a convicção de que a política deve ser feita com seriedade e nunca como

Frederico



**Santa Maria da Feira
assembleia municipal**

pág. - 2211 -

SESSÃO: ORDINÁRIA
DATA: 19/09/2025

trampolim para carreiras pessoais.-----

Quero deixar um reconhecimento público a todos com quem me cruzei neste caminho: deputados municipais, presidentes de junta e uniões de freguesia, funcionários da Câmara Municipal e demais colaboradores. De cada um retirei uma lição, uma experiência, um exemplo. Foi um ciclo de aprendizagem, mas também de confronto de ideias – e é no confronto saudável que a democracia se robustece. -----

Agradeço ao partido que, em 2021, depositou confiança em mim, mesmo não sendo hoje militante. Sempre me identifiquei como cristão e democrata, e essa confiança não foi para mim um privilégio, mas uma responsabilidade séria, que assumi de corpo inteiro em nome de Santa Maria da Feira. -----

Quero deixar um agradecimento muito especial à minha esposa e à minha filha, que suportaram o peso e as exigências destes quatro anos. Aos amigos de sempre e à minha equipa nuclear – Elísio Almeida, meu braço direito e conselheiro, Fernando Amorim, José Pedro Pedro, André Duarte, Paulo Rodrigues, Carlos Manuel – obrigado pela coragem, pela retidão e pela lealdade inabalável. A vossa presença deu-me a força necessária para enfrentar cada batalha. Foi mais do que política, foi companheirismo verdadeiro. Foi uma honra ter-vos ao meu lado.-----

Como qualquer ser humano, também errei. Mas nunca por cálculo ou estratégia. Errei porque arrisquei, e quando foi preciso corrigir, corrigi. Nunca prometi o que sabia não poder cumprir, mas garanti que o que fiz foi sempre justo e necessário, no momento certo e com os recursos disponíveis. O meu foco foi sempre claro: Santa Maria da Feira acima de qualquer interesse particular ou partidário.-----

Vivemos juntos tempos difíceis – a pandemia da COVID-19, a inflação, os efeitos dos conflitos internacionais e as crises económicas que abalaram famílias e instituições. E mesmo assim, provámos que é possível resistir e encontrar respostas quando existe vontade política genuína e quando o diálogo se sobrepõe à indiferença. -----



João Cunha

Deixo uma mensagem clara a quem fica, a quem se recandidata e a quem vai iniciar funções nesta Assembleia: usem o bom senso como arma e a honestidade como princípio. Não transformem esta casa num teatro de vaidades, porque ela deve ser lugar de política séria, de respeito e de dignidade. Santa Maria da Feira não precisa de oportunistas, de vendedores de ilusões nem de falsos profetas. Precisa de gente séria, inteira, sem máscaras, capaz de ser frontal e de colocar sempre os feirenses em primeiro lugar. -----

A maior recompensa que levo não vem de cargos nem de títulos, mas da certeza de ter estado ao lado dos feirenses, ajudando a resolver problemas reais, concretos e urgentes. Essa é a política que defendo: a política que serve as pessoas, e não a vaidade dos políticos. -----

Foram quatro anos intensos, duros, desafiadores e absolutamente irrepetíveis. Se a política tivesse equivalência académica, eu diria que neste mandato não conquistei apenas uma licenciatura ou um mestrado, mas sim um doutoramento de vida em ciência política. Porque aqui não há salas de aula nem provas teóricas: aqui a avaliação é diária, feita no calor da decisão, com escolhas que deixam cicatrizes e conquistas reais na vida das pessoas. Agora seguem-se novos horizontes, novas trincheiras, onde continuarei a erguer a minha voz com alívio e firmeza. Levo comigo a mesma certeza inabalável: a política só faz sentido quando é serviço e nunca benefício. E se algo quero deixar gravado nesta casa é isto — servi Santa Maria da Feira com alma, coragem e consciência limpa. Nunca me servi dela. -----
Obrigado, Santa Maria da Feira!" -----

Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU), que fez a intervenção que se passa a citar: -----

“Estamos na última sessão do mandato desta assembleia que se iniciou há 4 anos. Ao longo deste tempo, temos procurado intervir de forma positiva para a resolução dos problemas da população feirense. Intervenção essa que


Inês Cunha
f



resultou de um projeto coletivo. Prosseguimos uma longa história de trabalho autárquico, nestes 49 anos de poder local democrático, com propostas e intervenções concretas. Temos procurado dar continuidade a um importante património de intervenção da CDU neste nosso concelho, o concelho mais populoso do distrito de Aveiro e um dos mais populosos do país.-----

Sempre defendemos serviços públicos, opondo-nos à concessão da água e saneamento a entidades privadas. A valorização do trabalho, a melhoria das condições de vida das pessoas em todos os aspetos, desde as atividades económicas à mobilidade, à habitação, à educação e à cultura. Recentemente foi publicado um estudo pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, em que se analisam vários indicadores de todos os concelhos do país, quanto à população, habitação, emprego e empresas, e acesso a serviços de cultura, turismo, território e ambiente. Vale a pena reconhecer e refletir sobre os dados do nosso concelho. Percebemos bem o caminho que nos falta percorrer para elevar esta terra, e as suas gentes, aos lugares do desenvolvimento a que têm direito. O estudo revela, entre outros dados, que em 2022 se distribuíram 30,8 metros cúbicos de água por habitante do município. Este valor representa menos de metade do valor nacional, que é de 64,2 metros cúbicos. Esta contestação revela-nos a importância que damos ao acesso à água como um direito inalienável da população. Como tal, não pode ser transacionado ou cedido, daí que em Santa Maria da Feira sempre tenhamos defendido uma gestão pública da água e dos serviços.----

Coerentemente, votámos contra a concessão e defendemos a remunicipalização da água e de saneamento básico. -----

Temos, em vários momentos, exigido a remoção de todas as coberturas em amianto, em todos os estabelecimentos públicos do concelho, com particular urgência no parque escolar, chamando a atenção para a necessidade da preservação da floresta e do apoio às corporações de bombeiros no nosso concelho.-----



Recorrendo novamente ao estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos, constatamos que o combate aos incêndios e o respetivo apoio aos corpos de bombeiros no concelho são questões prementes. É um facto que a multiplicação de incêndios nos últimos anos, em que se registou uma média anual de 151, entre 2015 e 2024. Um valor que é superior à média dos municípios do Continente, que ronda os 43,8. Para combater, havia apenas 211 bombeiros do município de Santa Maria da Feira, num rácio de um bombeiro e meio por cada mil habitantes, abaixo do rácio nacional que é de 3 bombeiros por cada mil habitantes. -----

Esta pequena resenha transmite todo o importante papel que a CDU tem desempenhado. Termino, com a certeza de que continuaremos na mesma linha de intervenção, a não poupar esforços para trazer aos órgãos autárquicos, para que fomos eleitos, a nossa experiência, a nossa reflexão, a denúncia e as propostas sobre os problemas que têm atingido o concelho de Santa Maria da Feira.” -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP), que começou por referir que o problema dos transportes escolares voltava a verificar-se no Concelho, classificando a situação como um verdadeiro calvário para muitas famílias. Mencionou que os transportes funcionavam com horários desfasados e que os alunos eram deixados em locais diferentes daqueles onde eram recolhidos, por vezes a grande distância, o que causava transtornos significativos aos encarregados de educação, obrigados a deslocar-se para os ir buscar. Assinalou que esta situação afetava sobretudo os alunos do 2.º ciclo. -----

Ainda no âmbito da Educação, referiu querer abordar a questão da igualdade de tratamento entre alunos e famílias. Explicou que os alunos do ensino articulado de Santa Maria da Feira, que se deslocavam três vezes por semana ao Conservatório de Dança, na Oliva Creative Factory, em São João da Madeira, não dispunham de qualquer apoio ou transporte assegurado, o



que criava uma evidente desigualdade face a outros alunos que, dentro do território concelhio, beneficiavam desse tipo de apoio. -----

Solicitou, assim, esclarecimento ao Executivo sobre se estavam previstas medidas concretas para garantir a equidade no tratamento destes alunos e famílias, assegurando-lhes condições idênticas às dos restantes, ou se se manteria a atual situação de discriminação. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE), que fez a intervenção que se passa a citar: -----

“Passaram 4 anos desde que este executivo municipal assumiu funções, com promessas claras e dois grandes projetos: responder à crise habitacional, que já se verificava em 2021, e lançar as bases para as novas instalações dos Paços do Concelho.-----

Hoje, perante os feirenses, é nosso dever fazer um balanço. Essas e muitas outras promessas ficaram por cumprir. Na habitação, a realidade fala por fim. Os preços subiram, aliás, Santa Maria da Feira, no grupo dos grandes municípios, teve mesmo o maior aumento percentual do preço da habitação nos últimos 12 meses, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística. As rendas expulsam famílias das suas comunidades, os jovens adiam projetos de vida, idosos vivem com receio de perder teto. Em vez de um plano sólido de construção e reabilitação acessível, ficamos com anúncios, pilotos e intenções. Zero casas em 4 anos ao abrigo do 1.º Direito e uma Estratégia Local de Habitação com taxa de execução próxima dos zero por cento. -----

Faltaram metas anuais, faltou mobilizar o parque habitacional devoluto, faltou negociar instrumentos de arrendamento acessível, faltou firmeza para travar a especulação. E quando falta habitação, tudo o resto cede. -----

Na gestão da causa pública confundiu-se, em alguns momentos, propaganda com serviço. Vimos algumas decisões opacas, borlas fiscais de luxo para milionários, no caso da Lufthansa, concursos que tardam, prazos que escorregam. -----



Ina Cunha

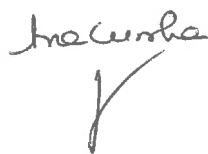
Quanto à tarifa social de água, proposta que me foi muito cara e que foi muito cara ao Bloco de Esquerda ao longo deste mandato, essa proposta era simples e justa, assegurar que ninguém tem de escolher entre pagar uma conta de água, que é elevadíssima em Santa Maria da Feira, e fazer face às exigências do custo de vida atual. O que temos é um labirinto burocrático, critérios não claramente definidos para acesso à tarifa reduzida e, sobretudo, a não implementação efetiva de um direito básico. Num tempo de inflação e perda de rendimento, isso é mais do que uma falha técnica ou processual, é uma opção política que penaliza quem mais precisa. -----

Outras prioridades do mandato, mobilidade, cultura, serviços públicos. Foram sendo adiadas ou diluídas. Inaugurações e trotinetes não compensam as insuficiências de mobilidade e transportes no território, que afetam determinantemente as povoações mais periféricas nem apagam que, em Santa Maria da Feira, em muitas instâncias, não se cumpre a lei das acessibilidades. Festas pontuais não substituem o apoio contínuo e sustentado ao desenvolvimento da cultura, comunicados e discursos valem muito menos do que um orçamento participativo robusto e, acima de tudo, executado. -----

O que fazer agora? Há que assumir responsabilidades. Segundo, corrigir rotas com medidas concretas. Um plano plurianual de habitação com metas verificáveis, a implementação imediata da tarifa social da água por via administrativa simples e automática, orçamentos participativos com rubricas de execução obrigatória, uma política de mobilidade que prioriza o transporte público e uma agenda de respeito pela dignidade do cidadão. ----

Este é o momento de dizer que não ao “depois vemos”. Santa Maria da Feira merece mais do que promessas, merece resultados. Que os próximos 4 anos sejam de coragem para mudar, humildade para ouvir e seriedade para cumprir. Porque governar é cuidar, e cuidar não se anuncia, pratica-se. ----

Termino este meu mandato com a mesma humildade democrática com que iniciei o meu serviço à causa pública, há 4 anos, assumindo um



compromisso claro com um programa político da esquerda progressista portuguesa, e esperando ter feito o meu melhor ao serviço de todas e de todos os feirenses.-----

Antes de terminar esta minha intervenção, quero aproveitar este momento de término deste mandato para deixar uma última e sentida homenagem ao Presidente Carlos Jorge Oliveira, pelo seu compromisso com os princípios democráticos em que também eu me revejo. Que a sua memória inspire esta Assembleia Municipal na procura do diálogo democrático e na busca de soluções comuns, de compromisso, com os direitos e deveres da nossa cidadania, que também ela é comum.” -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS), que fez a intervenção que se passa a citar: -----

“Espera-se que esta seja a última assembleia deste mandato. Chegados a este momento, é justo fazermos um balanço do que foi o nosso trabalho, nesta Assembleia Municipal, enquanto representantes dos feirenses. -----

Muitos de nós integrarão outros órgãos, outras funções, outros renovarão este mandato. Que a elevação do debate, o princípio da imparcialidade e da transparência aqui prevaleça. Relembramos o primeiro dia da tomada de posse nesta Assembleia, neste mandato. Relembramos as palavras que aqui ouvimos e que aqui preferimos. Relembramos e homenageamos o que foi o Presidente eleito neste órgão, Dr. Carlos Jorge Oliveira. O meu agradecimento a todos os grupos municipais, em especial ao grupo municipal do Partido Socialista que me tem acompanhado neste trabalho, à Câmara Municipal, aos serviços, ao público que nos acompanha e a todos aqueles que permitem que é possível as condições que nós temos vindo a desenvolver nesta Assembleia. -----

Afastamo-nos nas ideias, mas encontramos-nos num objetivo comum, o nosso concelho. Não vão elencar todas as expectativas que nos foram criadas, a nós e aos feirenses, por este executivo e que não foram cumpridas.



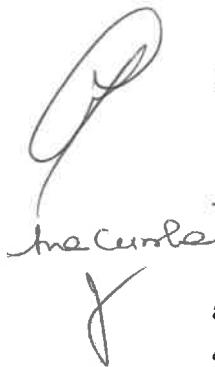
João Cunha
f

Não vou elencar. Mas tivemos aqui, nesta Assembleia, algo que é digno de registo e que devemos repetir num futuro mandato. Tivemos aqui a representação da Área Metropolitana do Porto, a senhora Secretária Executiva. E muito pouco ou quase nada, arriscaria dizer, do que foi dito foi cumprido. E o que eu tenho para dizer a este executivo, ao próximo executivo, depois do dia 12 de outubro, que assumir o mandato de Santa Maria da Feira, é que não podemos permitir, não nos devemos alhear, com a justificação de que a responsabilidade é da Área Metropolitana, do que está a acontecer no nosso concelho nos transportes públicos. E estamos todos muito motivados para a campanha eleitoral, eu faço um convite, sem preparação, deixem o vosso carro em casa e façam um dia normal, seja da Feira para o Porto, seja de uma freguesia para outra, tentem perceber os horários, tentem fazer um dia normal nos transportes públicos em Santa Maria da Feira, para o trabalho, para a escola, deixando o carro em casa. Será uma atividade gira para uma campanha eleitoral e muito poderá ser feito para percebermos o que se está a passar. -----

Ontem recebi o telefonema de alguém que saiu de Santa Maria da Feira num autocarro da Unir às 7h59. Teria de apanhar o autocarro às 7h30. O autocarro passou cheio, o segundo não passou. Às 15h30, quando tinha que regressar do Porto, teve de vir de Uber, porque o autocarro do Porto para a Feira não passou à hora destinada. Terá passado mais cedo, certamente! Com este tipo de oferta de transportes não podemos falar de mobilidade nem de motivar as pessoas para o transporte público. -----

Portanto, termino este mandato com um amargo de boca. Muito fizemos para que a Área Metropolitana nos ouvisse, de nada serviu. Mas, não podemos permitir que nos tratem desta forma e, portanto, que tanto falamos do nosso concelho, que se unam os partidos todos, juntamente com a Câmara Municipal, e que se faça o que tenha que ser feito.”-----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD), que fez a intervenção que se passa



a citar: -----
“Só salutar ou salvaguardar que, durante estes 4 anos, e ao contrário do que, infelizmente, muitas vezes passa nas nossas televisões, no país e no mundo, entre todos sempre conseguimos manter uma urbanidade recomendável, soubemos discordar, soubemos debater vários temas, alguns deles até controversos, mas, acima de tudo, respeitamo-nos sempre. -----
Não posso deixar, como aqui já o fizeram, de também relembrar o Dr. Carlos Jorge, que também teve um papel fundamental na última eleição, e que nos inspira, ou que me inspira a mim, por todo o trabalho que ele fez e que tinha feito anteriormente. Confiou sempre no meu trabalho a liderar este grupo, também fantástico, do PSD, aqui na Assembleia Municipal, a trabalhar juntamente com a Câmara Municipal. -----
E, depois, por motivos infelizes, também não podemos deixar de parabenizar o trabalho da Dra. Cristina Tenreiro, mulher, líder desta Assembleia Municipal, também fez um trabalho fantástico, sempre muito tolerante, sempre procurando dar o tempo a toda a gente, mesmo quando algumas pessoas extravasavam, em muito, o tempo. E, portanto, acho que ninguém se pode queixar ou reclamar que não tenha tido o espaço para discordar, para debater, para questionar, independentemente das ideologias de cada um e de, eventualmente, não estarmos de acordo, mas acho que isso é o bonito da democracia. Se estivéssemos todos a pensar igual, isto não seria uma democracia. -----
Um bem-haja a todos, boa sorte para as eleições, e vamos continuar o nosso trabalho.” -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, que começou por afirmar que também queria associar-se às palavras de homenagem dirigidas, com toda a justiça, ao Dr. Carlos Jorge Oliveira, salientando a dimensão humana e o espírito de consenso que este trouxe à Assembleia Municipal. Enalteceu igualmente o trabalho desenvolvido, em regime de substituição, pela Dra.



Cristina Tenreiro, que assumiu a presidência da Assembleia durante a fase final do mandato.-----

Dirigiu uma saudação à Iniciativa Liberal, ao deputado Paulo Vieira e, de igual modo, ao Dr. Carlos Martins. Referiu que, como seria compreensível, não responderia à carta que havia sido enviada à Câmara, por se tratar de uma declaração política e de uma avaliação do mandato, apropriada para o momento de encerramento do mesmo. Reiterou que não lhe competia, naquela ocasião, rebater ponto por ponto as observações apresentadas, assegurando, contudo, que haverá oportunidade para o fazer nos dias seguintes. -----

Sublinhou que as diversas forças políticas fizeram, com naturalidade, a sua própria avaliação global do mandato, que não coincide, naturalmente, com a visão da Câmara nem com a do Partido Social Democrata. Reforçou o elogio à postura da Iniciativa Liberal ao longo dos quatro anos, destacando a correção e o contributo construtivo do deputado Miguel Branco, quer nas intervenções, quer nas questões concretas que apresentou em representação dos cidadãos do concelho. Reconheceu que o mesmo também formulou uma avaliação política, com aspetos em que concorda e outros em que diverge, mas sobre os quais, naquele momento, preferiu não contra-argumentar. ---
Relativamente às questões colocadas, abordou em primeiro lugar a situação da especulação de terrenos no Lusopark, admitindo tratar-se de uma preocupação relevante. Esclareceu, contudo, que não se está perante um loteamento industrial municipal, mas sim de terrenos pertencentes a privados, pelo que cabe à iniciativa privada e não à Câmara intervir. Destacou que, por esse motivo, não existe qualquer direito de reversão, como acontece nos loteamentos de iniciativa municipal, funcionando neste caso a livre iniciativa. Referiu ainda que a Câmara desejaria que “a temperatura baixasse”, embora reconheça que o local é atualmente muito procurado, sendo um fenómeno semelhante ao que ocorre com os terrenos e a habitação.-----



Quanto à Rua Dr. Alcides Strecht Monteiro, informou não dispor de informação atualizada sobre o assunto, comprometendo-se a mandar averiguar. -----

Aproveitou a ocasião para, em seu nome e em nome da Câmara, desejar ao deputado Miguel Branco os maiores sucessos pessoais e profissionais, reconhecendo que o mesmo não continuará funções no próximo mandato.

Dirigiu também palavras de apreço ao deputado Carlos Cunha, salientando que, embora as posições do Partido Comunista Português sejam muito diferentes das do PSD, destacou a sua postura institucional e o espírito de competitividade saudável que sempre demonstrou, assim como o contributo constante e responsável ao longo dos quatro anos de mandato. -----

Estendeu o elogio ao deputado Ângelo Santos, sublinhando que a sua intervenção não se traduziu numa declaração política, mas em questões concretas, às quais procuraria dar resposta. Explicou que, no início de cada ano letivo, surgem sempre situações a corrigir no âmbito do transporte escolar, o que é feito de forma sistemática. Quanto ao desfazamento de horários, indicou que essas situações devem ser identificadas entre o diretor do agrupamento e o pelouro da Educação, de modo a permitir a respetiva correção. -----

No que respeita ao ensino articulado, manifestou concordância com o princípio de que os alunos desse regime devem beneficiar dos mesmos direitos que os restantes. Sublinhou, porém, que a autarquia não é responsável pela discriminação existente, uma vez que esta decorre da própria legislação portuguesa, que penaliza negativamente os alunos do ensino articulado, tanto os que estudam em São João da Madeira como os que o fazem no concelho de Santa Maria da Feira. Defendeu que a Assembleia da República deverá legislar de forma diferente, para garantir a igualdade de direitos. Questionado sobre a possibilidade de a Câmara apoiar estes alunos mesmo sem alteração legislativa, respondeu que a questão será analisada pelos serviços municipais, admitindo, em princípio, abertura para



o apoio, desde que se revele exequível e oportuno, considerando a relevância que o ensino articulado tem no concelho.-----

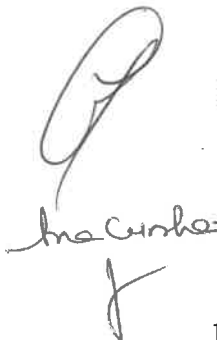
Dirigiu, igualmente, palavras de apreço ao deputado Tiago Paiva, do Bloco de Esquerda, destacando a sua participação e a elevação dos debates que promoveu. Reconheceu que a avaliação do deputado é, substancialmente, diferente da do Executivo, mas sublinhou a cordialidade, correção e respeito institucional com que o Bloco de Esquerda sempre se dirigiu à Câmara Municipal. -----

Observou que quase todos os partidos optaram por fazer um balanço político do mandato, o que considerou legítimo. Acrescentou que os verdadeiros democratas encontram agora o conforto do escrutínio popular, com a apresentação de contas e propostas, e com a oportunidade, no próximo dia 12 de outubro, de serem os feirenses a avaliar o trabalho da Câmara e as alternativas apresentadas. -----

Endereçou também um elogio à deputada Susana Correia, reconhecendo a postura responsável e urbana do Partido Socialista. Destacou que PSD e PS, enquanto partidos com maior representatividade, protagonizaram debates intensos, mas sempre marcados pela elevação e urbanidade. -----

Sobre a questão dos transportes da Unir, informou que o Município dispõe de dados concretos relativos a Santa Maria da Feira, e que, se necessário, o PSD está disponível para assumir uma posição conjunta sobre o tema. Indicou que a procura pelos transportes públicos aumentou 30% em apenas um ano, o que considerou um sinal positivo, embora subsistam aspetos a melhorar. Esclareceu que a execução do contrato ronda os 98,5%, sendo que os problemas reportados se inserem na reduzida percentagem remanescente, ainda assim motivo de atenção, dado o objetivo de alcançar a execução total. -----

Concluiu observando que, de modo geral, mais do que pedidos de esclarecimento, as intervenções constituíram balanços e posicionamentos políticos, os quais preferiu não rebater para não ser acusado de contra-



propaganda. -----

Encerrou a sua intervenção salientando que, apesar das divergências e diferentes orientações partidárias, a Assembleia Municipal se distinguiu pela dignidade, respeito institucional e pela defesa dos interesses dos feirenses acima de tudo, preservando a boa e antiga tradição democrática do concelho. Finalizou saudando todos os líderes municipais que, ao longo dos quatro anos, exerceram o escrutínio, a fiscalização e o combate político, reconhecendo-lhes o mérito de debater ideias e não pessoas. -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** referiu, em seguimento das intervenções anteriores, que assumiu as funções de Presidente da Assembleia Municipal em virtude do infortúnio que abalou profundamente o concelho de Santa Maria da Feira, o falecimento do Dr. Carlos Jorge Oliveira. Sublinhou que o concelho perdeu um grande homem, de excecional dimensão humana, um verdadeiro democrata, um gentleman, sempre com um sorriso nos lábios, mas, sobretudo, alguém que procurava gerar consensos e resolver problemas através do diálogo e da colaboração de todos. -----

Declarou que foi uma verdadeira honra ter presidido à Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, que considerou ser, por excelência, a Casa da Democracia do concelho - um espaço plural onde todas as vozes puderam ser ouvidas e onde cada membro teve oportunidade de apresentar as suas ideias e visões para o futuro. Recordou que, em momentos particularmente difíceis, procurou sempre inspirar-se na postura e nos princípios do Dr. Carlos Jorge Oliveira, procurando agir em conformidade com a visão que este tinha sobre o exercício da presidência da Assembleia Municipal. -----

Enfatizou que, ao longo do mandato, ela e os restantes membros da Mesa reafirmaram a importância do diálogo, da participação e do respeito pela diferença. Sublinhou que a diversidade de opiniões contribuiu para enriquecer o trabalho desenvolvido e para fortalecer a vida democrática do concelho. -----



João Carlos

Expressou o seu agradecimento a todos os membros da Assembleia, aos serviços de apoio, aos técnicos da autarquia e a todos os que, de diferentes formas, contribuíram para que este órgão se afirmasse como um verdadeiro espaço de cidadania ativa. -----

Renovou o seu reconhecimento aos líderes dos diferentes partidos representados na Assembleia Municipal, afirmando sentir um profundo orgulho pelo caminho percorrido e pela convicção de que, em conjunto, todos souberam honrar a confiança que os feirenses neles depositaram. -----

Reafirmou que foi uma honra servir Santa Maria da Feira nesta função, agradecendo de forma especial aos seus colegas da Mesa, que a apoiaram e confortaram em todos os momentos. -----

Concluiu afirmando que sai com o coração cheio de gratidão, pelo respeito, pelo diálogo e pelo compromisso que foram partilhados entre todos, sublinhando que foi um privilégio servir o seu concelho de forma tão próxima e dedicada.-----

De seguida, deu início ao Período da Ordem do Dia. -----

Saiu o membro Rui Ribeiro.-----

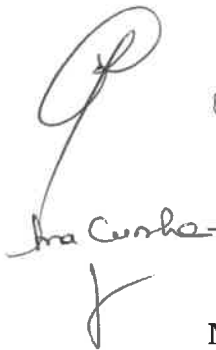
PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1 – Ata N.º 26 – Sessão Ordinária de 30 de junho de 2025-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe, que lhes foi oportunamente disponibilizada, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão, não participam na sua votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 37 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe.-----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Rodolfo Castro, Jorge Ferreira, Lécio Dias,


Carlos Cunha



Nelson Santos, Tiago Paiva, Paulo Vieira, Carlos Cunha, Armando Teixeira, Sandra Lima Pereira, José Carlos Silva, Nuno Albergaria, Fernando Pinho e Francisco Andrade.-----

Saiu o membro Ana Lamas. -----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município --

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício, registado sob o n.º 13.564, em 10/09/2025, subscrito pelo Sr. Presidente da Câmara, referente ao IV Relatório de 2025, o qual sintetiza a atividade e situação financeira do Município – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS), que começou por colocar duas questões. A primeira dizia respeito a um serviço recentemente adjudicado, relativo à realização de sessões de literacia financeira dirigidas a docentes e a alunos do 6.º ano, no valor de 60 mil euros, acrescido de IVA. Esclareceu tratar-se de um procedimento a implementar ao longo de três anos, abrangendo todos os agrupamentos de escolas do Município, e que seria desenvolvido pela Fundação Cupertino de Miranda, no âmbito de uma iniciativa que, segundo indicou, se denomina “No Poupar é que Está o Ganho”. Observou que, até este ponto, não via qualquer problema na decisão.-----

Acrescentou, contudo, que o Ministério da Educação decidiu, para o presente ano letivo, reformular parcialmente a disciplina de Cidadania, reforçando de forma significativa os conteúdos relacionados com a literacia financeira e o empreendedorismo, em todos os níveis de ensino, incluindo o 6.º ano. Considerou, por esse motivo, que este novo serviço poderia configurar uma redundância face ao trabalho já previsto, traduzindo-se, na sua perspetiva, numa duplicação desnecessária de recursos. Sublinhou que



ma curia

a sua observação não se prendia com o valor do contrato, mas antes com o princípio da eficiência e racionalização de meios.-----

Relativamente à segunda questão, informou ter analisado o encargo previsto de 81.500 euros em juros, até julho de 2025, e procurado compreender a taxa de juro média subjacente. Indicou que, tendo em conta o montante global de financiamentos obtidos a 31 de dezembro, cerca de 3 milhões e 100 mil euros, se apurava uma taxa média próxima dos 5%. Recordou que a taxa Euribor se situa atualmente em cerca de 2%, pelo que o spread lhe parecia excessivamente elevado. Questionou, assim, se a sua leitura dos dados estaria correta.-----

Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, que, relativamente à primeira questão, esclareceu que, quando o Município lançou o procedimento, ainda não existiam as orientações entretanto emitidas pelo Ministério da Educação. Adiantou que iria solicitar aos serviços municipais que tivessem especial atenção para evitar a duplicação referida, reconhecendo a pertinência da questão colocada. -----

Quanto à segunda questão, informou que a Câmara Municipal prestará resposta por escrito. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado a informação em referência. -----

Reentrou o membro Ana Lamas. -----

3 – Concessão de utilização privativa do domínio público municipal, para atividades de instalação e operação de serviços de partilha em modos suaves de transporte-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 14 de julho de 2025 e restante



documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU), que afirmou considerar o ponto em discussão algo confuso, explicando que, por um lado, na ata da reunião de Câmara constava a designação “contrato de manutenção e exploração de publicidade em mobiliário urbano”, enquanto, no contrato e no caderno de encargos, era referida a cedência de espaços de estacionamento e outras situações distintas.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** pediu a palavra, reconhecendo que o deputado Carlos Cunha tinha razão. Esclareceu tratar-se de um erro de transcrição suscetível de causar confusão, acrescentando que, na deliberação camarária, é mencionada, em determinado momento, “a utilização privativa do domínio público municipal para instalação, manutenção e exploração de publicidade em mobiliário urbano”, quando, na realidade, o que está em causa é a “concessão de utilização privativa do domínio público municipal para atividades de instalação e operação de serviços de partilha em modos suaves de transporte”. Sublinhou que, efetuada essa correção, tudo se encontra devidamente enquadrado, considerando pertinente o alerta do deputado, por permitir retificar o lapso. Esclareceu ainda que o concurso em causa se refere ao sistema de bicicletas e trotinetes elétricas.-----

O membro **Carlos Cunha** prosseguiu a sua intervenção, manifestando preocupação com o facto de a Câmara Municipal apostar neste tipo de projetos numa altura em que, segundo referiu, a maioria dos países europeus, como França e Espanha, os vinha abandonando. Alertou para os riscos e inconvenientes associados, nomeadamente os prejuízos para a circulação pedonal, o aumento da probabilidade de acidentes, a ocupação indevida dos passeios e as dificuldades acrescidas para pessoas com mobilidade reduzida.-----



João Cunha
f

Acrescentou que o contrato previa a ocupação de 164 lugares em passeios, estabelecendo que a passagem dos utentes não poderia ser prejudicada. Observou, contudo, que, na prática, em várias ruas do concelho, tal condição não era cumprida, questionando quem seria responsável pela fiscalização e quais as consequências previstas em caso de incumprimento. Perguntou ainda quem ficaria responsável pela sinalização vertical e horizontal associada ao projeto. -----

Por fim, chamou a atenção para as condições financeiras do contrato, referindo tratar-se de uma concessão com a duração de três anos, mediante o pagamento de 1.500 euros, por um total de 212 pontos de partilha. -----

Interveio o membro **Paulo Vieira** (IL), que declarou que o grupo municipal da Iniciativa Liberal não se revia na proposta relativa à concessão em análise. Explicou que, em primeiro lugar, o procedimento assentava num critério que privilegiava a compensação financeira imediata para o Município. Considerou que a mobilidade e o espaço público não deveriam ser reduzidos a uma questão de receita rápida, desvalorizando aspetos que reputou de essenciais, como a qualidade do serviço, a manutenção dos espaços, a segurança e a inovação tecnológica. -----

Em segundo lugar, apontou que o preço base de cerca de 1.500 euros por três anos era manifestamente insuficiente, face ao valor do espaço público concessionado e ao potencial de exploração associado. Entendeu, por isso, que a proposta não valorizava devidamente os recursos municipais. -----

Acrescentou que não se podiam ignorar os antecedentes, recordando que já se tinham verificado falhas claras por parte de concessionários anteriores, que deixaram de assegurar até a sinalização adequada, o que, no seu entender, evidenciava os riscos de modelos pouco exigentes e mal definidos. Concluiu sublinhando que a Iniciativa Liberal defendia uma mobilidade moderna e sustentável, mas sustentada em regras claras, fiscalização rigorosa, igualdade de acesso para todos os operadores e valorização justa





do espaço público, condições que, na sua opinião, esta proposta não assegurava.-----

Usou da palavra o membro **Tiago Paiva** (BE), que referiu já ter apresentado o posicionamento do Bloco de Esquerda sobre esta proposta, recordando que o mesmo fora exposto aquando do concurso anterior. Salientou que, para além das questões anteriormente enumeradas, considera o preço de utilização um aspeto particularmente relevante. Explicou que, no estudo piloto, esse valor se revelou problemático por ser excessivo, o que dificultou o acesso ao serviço. Destacou que, se o objetivo é criar uma verdadeira alternativa de mobilidade, não é adequado praticar preços que transformem o serviço numa atividade recreativa, utilizada apenas de forma esporádica. Concluiu afirmando que vota contra a proposta, em coerência com o princípio defendido aquando da apresentação da proposta inicial, sublinhando que, embora o BE apoie a mobilidade suave e iniciativas desse tipo, entende que estas devem ser desenvolvidas e implementadas diretamente pela Câmara Municipal. -----

Interveio o membro **Lécio Dias** (PS), que declarou ter preparado um conjunto de perguntas sobre a mobilidade suave em Santa Maria da Feira, já colocadas em outubro de 2024. Explicou que repetiria integralmente a abordagem, não fosse o grupo municipal do PS ter recebido, pelas 17h30 daquele mesmo dia, um esclarecimento tardio por parte da Câmara. Referiu que, ainda assim, subsistiam duas questões. -----

Em primeiro lugar, questionou quando avançaria a expansão do projeto para outras freguesias, uma vez que a Câmara Municipal manifestou essa ambição. -----

Em segundo lugar, salientou que existem atualmente diversos exemplos de modernização deste modo de deslocação, especialmente no âmbito do Pacto Ecológico Europeu. Recordou que várias cidades portuguesas já apostavam



Ina Cunha

fortemente em trotinetes e bicicletas elétricas pessoais, associando o sucesso dessas iniciativas à prática de preços acessíveis, que democratizam o acesso e tornam a mobilidade económica e ambientalmente consciente. Nesse sentido, quis saber se o município prevê medidas concretas para valorizar e incentivar esta escolha junto dos munícipes.-----

O Sr. Presidente da Câmara solicitou os esclarecimentos mencionados à Sra. Vereadora do Pelouro do Urbanismo, Planeamento, Transportes e Mobilidade, **Ana Ozório**, que explicou que o contrato de concessão já havia sido submetido à Assembleia Municipal anteriormente, mas tinha ficado deserto devido aos custos envolvidos, não apenas pela comparticipação financeira exigida, mas também pelas despesas relativas à instalação da sinalização vertical e horizontal. Acrescentou que, na altura, a Câmara considerou que só faria sentido alterar o espaço público mediante a fixação da atividade e a utilização dos equipamentos, pelo que estas duas componentes estavam interligadas. -----

Referiu que, após o primeiro concurso ter ficado deserto, os serviços foram chamados a analisar melhorias a introduzir para avançar para um segundo concurso, de forma a compreender a ausência de operadores concorrentes. Após consulta ao mercado, concluiu-se pela necessidade de ajustar o valor da comparticipação, reduzindo-o de 6.000 para 1.500 euros. Sublinhou que o prazo de três anos é intencionalmente curto, com o objetivo de criar hábitos de utilização, acompanhar de perto o desempenho do operador e recolher dados que permitam, posteriormente, ampliar a operação e definir melhores condições para os utilizadores, nomeadamente no preço por quilómetro. ----

Relativamente à área abrangida, informou que o projeto foi estendido à rede de ciclovias existente, prevendo-se que, após os três anos, a expansão acompanhe o crescimento da rede em terreno. -----

Quanto à comparação com outras cidades europeias que abandonaram iniciativas semelhantes, esclareceu que esses casos decorreram sobretudo



de problemas relacionados com a coexistência com o tráfego automóvel, e não diretamente com os utilizadores. Frisou que, no caso de Santa Maria da Feira, a aposta centra-se na utilização das ciclovias, evitando a partilha com as vias automóveis. -----

Em relação à atratividade do serviço, referiu que existe um operador que oferece melhores condições em termos de preços, organização e reposição dos equipamentos nos pontos de recolha, o que poderá aumentar a utilização. -----

Por fim, explicou que os termos da nova concessão mantêm, essencialmente, os mesmos da versão inicial, alterando-se apenas o valor da comparticipação financeira e eliminando a obrigação de instalação da sinalização vertical e horizontal, que representava um custo adicional de cerca de 70 mil euros para o operador. A sinalização passará a ser assegurada pelo Município, com a colocação dos 212 pontos de partilha prevista para a fase em que a operação estiver em pleno funcionamento, garantindo qualidade do espaço público e adequada organização da distribuição e circulação dos veículos.--

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 47 votos a favor (PSD: 30, PS: 14, CDU, IND: 2) e 3 votos contra (BE, CDS-PP, IL), autorizar a concessão de utilização privativa do domínio público municipal, para atividades de instalação e operação de serviços de partilha em modos suaves de transporte, nos termos propostos na deliberação camarária supraidentificada. -----

Saiu o membro Maximino Costa.-----

4 – Programa de Apoio ao Desporto: Medida 6 d) – Apoio a equipamentos desportivos: Manutenção de pavilhões gimnodesportivos -----
- Atribuição de apoio à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila



João Cunha
f

Maior -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 5 de maio de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU), que começou por afirmar que o Sr. Presidente da Câmara já tinha respondido a uma das questões que pretendia colocar, relativa à razão pela qual o tema surgia agora em Assembleia, tendo sido esclarecido que se devia ao facto de o pavilhão ser propriedade da referida União de Freguesias. -----

Questionou ainda sobre a localização exata da infraestrutura, se em Canedo, Vale ou Vila Maior, referindo não ter encontrado qualquer documento que identificasse o local, ao contrário do que acontecia com outras freguesias que tinham beneficiado de apoios semelhantes, nas quais essa informação constava de forma explícita. -----

Interveio o membro **Paulo Vieira** (IL), que declarou que, relativamente à temática, a IL reconhece a relevância do apoio à manutenção dos pavilhões gimnodesportivos, por serem equipamentos fundamentais para os clubes, escolas e para a prática desportiva da comunidade. Contudo, alertou para a existência de infraestruturas esquecidas ou mesmo abandonadas no concelho, que poderiam ser aproveitadas pela população, apontando como exemplo o polo desportivo das Roçadas, em Argoncilhe, e o antigo campo de treinos do Lusitânia de Lourosa, atualmente desaproveitados. -----

Sublinhou que a posição da IL é favorável à manutenção do pavilhão de Canedo, Vale e Vila Maior, dada a sua importância para a comunidade. Reforçou, porém, a exigência de um plano global e transparente para o desporto no concelho, que não deixe de intervir em equipamentos históricos



Macurba



que necessitam de manutenção, defendendo que esta área deve constituir uma verdadeira prioridade e um instrumento de desenvolvimento comunitário, e não apenas resultar de decisões pontuais. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, que informou que o pavilhão se encontra no centro de Canedo, sendo um espaço facilmente identificável pela população e de conhecimento geral. -----

Acrescentou que, no atual mandato, já foram recuperados 46 polidesportivos, existindo um plano estruturado para o efeito, e adiantou que o pavilhão das Roçadas também será recuperado. -----

Quanto ao antigo campo de treinos do Lusitânia de Lourosa, esclareceu que está em desenvolvimento um estudo prévio, com equipas já contratadas, para a construção de habitação a custos controlados destinada a arrendamento acessível para jovens. Informou ainda que, caso seja considerado um novo pavilhão na freguesia de Lourosa, este será localizado junto à zona desportiva em construção, designada Academia Forte Paixão. Referiu estar ciente de outras ideias existentes, mas sublinhou que estas revelam desconhecimento da realidade, reiterando que a situação é a apresentada e que poderá ser alterada a partir do dia 12 de outubro, mas que a transparência, o rigor e o planeamento obrigam a prestar esta informação. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD: 29, PS: 14, BE, CDS-PP, IL, CDU, IND: 2), aprovar a atribuição à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior de um apoio no valor de 10.000,00 €, no âmbito do programa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Reentrou o membro Maximino Costa. -----



5 – 4.ª Alteração Orçamental Modificativa - retificação anos seguintes -

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 8 de setembro de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor (PSD: 30, PS: 14, IND: 2), 1 voto contra (IL) e 3 abstenções (BE, CDS-PP, CDU), aprovar a alteração orçamental modificativa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

6 – Constituição de Júri para concursos de cargos de dirigentes -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 8 de setembro de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 38 votos a favor, 1 voto contra e 11 votos em branco, aprovar a proposta de constituição de júri para recrutamento do cargo de dirigente da Unidade Orgânica denominada Divisão de Gestão Urbanística, com a seguinte composição: -----

Presidente – Arqt.ª Ana Ozório; -----

1.º Vogal – Dra. Cristina Rodrigues;-----

2.º Vogal – Dr. Paulo Ferreira.-----



Inês Curto
f

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

A Sra. Presidente da Assembleia, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência das seguintes inscrições:-----

1 - Cátia Silva-----

Assunto: Apoio a famílias com crianças com deficiência e auxiliares escolares e de ação educativa.-----

2 - Ricardo Pinto-----

Assunto: Pavimentações na Rua de São José em Santa Maria de Lamas.----

3 - Luís André Santos-----

Assuntos: - Colocação das auxiliares de ação educativa para o novo ano letivo, -----

- Benefícios dados pela Câmara Municipal no processo Lufthansa Technik Portugal – quem foram as outras empresas que obtiveram vantagem com os benefícios e quais esses benefícios?-----

Informou aos referidos munícipes que, nos termos regimentais, tinham, cada um, cinco minutos de intervenção, numa intervenção única.-----

Interveio a munícipe **Cátia Silva**, que começou por lamentar a ausência do vereador responsável pelo pelouro da Educação, considerando que este deveria estar presente para responder às suas questões. -----

Referiu que, sendo a educação a base de qualquer país, questiona por que motivo a Câmara está a reduzir o número de auxiliares nas escolas e a não atribuir auxiliares de apoio às crianças com necessidades especiais. Questionou ainda a razão pela qual a Câmara retirou a componente letiva de TIC das escolas e ofereceu aulas de natação no período escolar, prejudicando a componente letiva dos alunos. -----

Interveio o munícipe **Ricardo Pinto**, que começou por referir que, há cerca de duas a três semanas, começou repentinamente a pavimentação da Rua de São José, em Santa Maria de Lamas. -----



Salientou que se trata de uma estrada já bastante degradada e perigosa, observando que a pavimentação foi feita de forma fragmentada, primeiro alguns metros de um lado, depois uma paragem, e mais alguns metros depois, apesar de ser uma via com elevado risco de acidentes. Referiu que a estrada foi deixada cheia de buracos (mostrando fotografias), o que considerou vergonhoso, questionando se a Câmara tem alguma responsabilidade na pavimentação. -----

Acrescentou que, caso a Câmara não tenha responsabilidade, é necessário reclamar junto da Infraestruturas de Portugal, frisando que a situação é inaceitável, sobretudo por se tratar de dinheiro público. Reforçou que não se trata de uma questão política, mas de segurança pessoal, sendo morador da rua, tendo filhos e passeando os seus animais, e que a estrada se encontra perigosíssima. -----

Insistiu que não é admissível pavimentar 20 metros, parar, pavimentar mais 30 metros e deixar buracos e tampas partidas, questionando novamente se a Câmara tem qualquer intervenção na obra e se fiscalizou corretamente os trabalhos. -----

Interveio o munícipe **Luís André Santos**, que começou por referir ter duas questões a colocar, previamente enviadas para que o Sr. Presidente da Câmara pudesse preparar respostas concisas e concretas. -----

Relativamente à primeira questão, perguntou se o Sr. Presidente consegue assegurar que nenhuma auxiliar de ação educativa foi, deliberadamente, deslocada de uma escola onde estava há vários anos para outra. Acrescentou que, caso o Presidente desconheça algum caso, poderia fornecer mais dados posteriormente, para que se procedesse à averiguação. -----

A segunda questão relaciona-se com o processo Lufthansa. Reconheceu que foram concedidas várias benesses à empresa, considerando apropriado o esforço da autarquia para captar o investimento, mas manifestou dúvidas que gostaria de ver esclarecidas. Referiu que a Lufthansa será instalada na



Ana Cunha

zona industrial do Lusopark, cuja área, segundo sabe, foi aumentada, com construção de novos arruamentos e licenciamento de novos lotes, sendo os licenciamentos da competência da Câmara Municipal.-----

Manifestou estranheza sobre possíveis benesses concedidas a sociedades imobiliárias, Alves da Rocha SA, Pedro Nuno Bastos Lda. e Orange Park Lda., envolvidas no contrato de urbanização, questionando o motivo pelo qual os vereadores do PS votaram contra, pedindo esclarecimento diretamente ao Sr. Presidente. -----

Adicionalmente, colocou uma pergunta sobre a reunião de Câmara agendada para a próxima segunda-feira, no ponto 15 da ordem do dia, referente à venda de um terreno no lugar da Própria, em São João de Ver, envolvendo novamente a imobiliária Alves da Rocha. Referiu que a Câmara venderá 100 metros de frente de um terreno rústico, identificado em fotografia, cuja área é da referida imobiliária, pelo valor de 66 mil euros. Questionou se há intenção de, posteriormente, alterar a classificação do terreno para urbano, ou se esta questão foi acautelada, considerando que o terreno rústico não tem utilidade prática além de ser pinhal, e que o valor pago lhe parece insuficiente. -----

Concluiu deixando ao Sr. Presidente a consideração de prestar os devidos esclarecimentos, para informação de todos os presentes e da população de Santa Maria da Feira.-----

Posto isto, a **Sra. Presidente da Assembleia** salientou que a última questão colocada pelo munícipe Luís André Santos não constava da inscrição, sublinhando que, nos termos do Regimento, as questões a esclarecer devem estar indicadas na inscrição. De seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os devidos esclarecimentos.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** começou por saudar os munícipes Cátia Silva, Ricardo Pinto e Luís André Santos, referindo que, para evitar dúvidas ou



ma Cunha

interpretações incorretas, a Câmara Municipal prestaria as respostas, nos termos regimentais, por escrito. -----

Assim, a Sra. Presidente da Assembleia deu por encerrado o Período de Intervenção do Público.-----

Documentos presentes à sessão da Assembleia Municipal-----

Todos os documentos submetidos à presente sessão fazem parte integrante desta ata e ficam arquivados em pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----
Nada mais havendo a tratar, às 23 horas e 15 minutos, a Sra. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

A Presidente,

O 1.º Secretário,

A 2.ª Secretária,

Sra. Patrícia Bastos da Cunha